

## ENTREVISTA COM O SECRETÁRIO BINHO MARQUES DA SASE/MEC<sup>1</sup>

Revista Escola Pública – Edição nº. 32.

<<http://revistaescolapublica.uol.com.br/textos/32/artigo284445-1.asp>>. Acessado em 21 de agosto de 2015.

### Por um sistema nacional de educação



Arnóbio Marques de Almeida Júnior, o Binho, é secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino do MEC. Na entrevista a seguir, concedida à editora Marina Almeida, ele fala sobre o desafio de criar um Sistema Nacional de Educação que supere as desigualdades do país, reflita nossa realidade, mas permita, ao mesmo tempo, transformá-la. Um modelo que possibilite a definição de parâmetros nacionais de qualidade possíveis e adaptados às diferenças regionais do Brasil. Em São Paulo para participar da Conferência O manifesto dos pioneiros da Educação Nova e o Sistema Nacional de Educação, realizado na Universidade de São Paulo (USP), ele apresentou alguns dos desafios dessa tarefa.

Professor de história, Binho foi secretário municipal de Educação de Rio Branco e secretário estadual de Educação do Acre por oito anos - por quatro acumulou também a Secretaria de Desenvolvimento Humano e Inclusão Social. Também foi governador do estado entre 2007 e 2010.

Em 2012, assumiu a Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase), responsável por apoiar as redes para a elaboração de seus Planos de Educação em consonância com o novo Plano Nacional de Educação (PNE) e pelo apoio à valorização dos professores, com pagamento do piso e elaboração dos planos de carreira.

#### Em que estágio estão as discussões sobre o Sistema Nacional de Educação?

O PNE, se for aprovado como está, estabelece um prazo de dois anos para a institucionalização do sistema nacional. Nada mais oportuno que reunir aqui as pessoas que têm estudado esse assunto ao longo de décadas, para que a gente possa construir uma estratégia e um diálogo para a construção de um consenso. Vamos precisar de um debate intenso e muito denso. Num prazo tão curto, precisaremos de uma agenda muito bem estruturada, de uma

organização que tenha definido claramente os passos desse debate. O que estamos fazendo na Sase é, antes de mais nada, avançar numa discussão, inicialmente sobre aspectos mais estratégicos e conceituais. Nós avaliamos que se discutirmos elementos do Sistema, isoladamente, chegaremos a um resultado muito precário. Podemos até chamar esse resultado de Sistema, mas ele não vai ter uma coerência interna, não terá um desenho orgânico, e, principalmente, não vai atingir os objetivos que esperamos dele.

#### Quais os objetivos de um sistema nacional?

Nós temos um país muito desigual e nosso objetivo maior é assegurar uma educação de qualidade para todos. Para que isso aconteça, o sistema precisa definir padrões de qualidade e contribuir para que ela aconteça para todos. Significa uma forte ação de equidade. Estamos falando de coisas simples, o sistema tem de estar muito referenciado à realidade de onde vai ser instituído, dependendo do país, de seu tamanho, da história, da economia, da cultura, das relações políticas.

Poderíamos até construir em laboratório um sistema ideal, mas ele não funcionaria, pois precisa compreender muito clara e profundamente a realidade a que ele se destina para ter resultados. O que torna isso muito complexo é que precisamos de um sistema que reflita muito a realidade, mas que ao mesmo tempo seja capaz de transformá-la.

#### O Sistema Nacional de Educação deve provocar grandes transformações?

Se o debate for apressado, corremos o risco de construir um sistema, instituído por lei, que não mude nada, que simplesmente consolide a situação atual. O Brasil teve grandes avanços na educação, mas queremos muito mais que isso. Portanto, não adianta o sistema apenas legalizar as relações, as instituições e tudo que foi construído até aqui, ele precisa ir além, o que significa estabelecer um pacto federativo. Isso pode mudar muita coisa.

#### Isso envolve uma definição mais clara do funcionamento do regime de colaboração?

É, precisamos definir claramente, não só as responsabilidades de cada esfera de governo, mas principalmente como elas se relacionam. A Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) já definem o papel do município, do estado, do governo federal e seus sistemas, mas quando se trata de algo que é nacional, elas remetem ao regime de colaboração, que trata de aspectos que são concorrentes, coincidentes, e é aí que reside a grande dificuldade.

Naquilo que todo mundo é responsável, ninguém faz o que deveria ser feito. Quando há uma falha também, não temos de quem cobrar. É preciso não só esclarecer quem faz, mas como se relaciona, como fazer juntos, como acontece essa colaboração, esse é o maior desafio.

<sup>1</sup> Entrevista concedida à Marina Almeida. Binho Marques, secretário de articulação com os sistemas de Ensino do MEC, fala sobre a elaboração de um sistema nacional de Educação, que contemple as diferenças do país, mas que também seja capaz de transformar o ensino.

Existem sistemas que, mesmo na federação, são muito mais simples, centralizados, como é o caso da Venezuela, por exemplo. Muitos sistemas federais se organizam de tal maneira que é muito claramente definido o papel dos sistemas regionais e o do poder centralizado, porque são excludentes, que é o chamado Sistema dual. No nosso caso, como ele é cooperativo, remete a uma complexidade muito grande e não pode ser resolvido de qualquer maneira. É necessário um processo dialógico, de aproximações permanentes, que é o que nós estamos fazendo aqui no seminário. Voltamos ao tema várias vezes, e cada vez que isso acontece, percebemos que alguns assuntos não estão adequados e vão sendo superados, outras questões se consolidam. Quando há um verdadeiro diálogo, com um escutando o outro, muitas questões conseguem caminhar e é nisso que nós, da Sase, apostamos.

#### **Quais mudanças o gestor pode esperar? Elas devem acontecer a curto ou médio prazo?**

É difícil imaginar, não tenho nem como saber se o PNE vai ser aprovado assim, estabelecendo esse prazo de dois anos. Mas precisamos estar preparados para isso, não podemos esperar a aprovação, porque o tempo já é muito curto. Também não temos como prever o resultado.

Cada um de nós tem uma ideia particular sobre como deve ser o Sistema Nacional de Educação, mas ninguém sabe qual será a proposta coletiva. Cada um tem sua posição, mas ainda não estamos discutindo o modelo, e sim a metodologia para chegarmos a esse modelo, embora na fala de todos apareçam já desenhos de sistemas possíveis. O mais importante agora é discutir uma agenda de trabalho.

#### **O currículo deve passar por mudanças?**

Nós temos um vazio, uma certa indefinição de qual tratamento dar ao currículo. Isso faz com que ele seja orientado pela avaliação. Quando isso acontece, alguns municípios procuram a solução mais pragmática, que é adotar o chamado sistema estruturado. É necessário que o poder público tenha um posicionamento mais claro sobre isso e busque um equilíbrio entre os extremos, uns com uma diretriz muito genérica e outros muito prescritivos. Deve existir uma orientação nacional, mas com espaço para os sistemas e para as escolas. Não basta ter uma diretriz se ela não estiver clara e fortalecida; tem de estar incorporada nos sistemas e nas escolas. E isso depende de articulação com os conselhos de Educação e as escolas, para construir algo que efetivamente possa orientar todo o resto.

#### **Como os parâmetros de qualidade podem aparecer nesse sistema nacional?**

O manifesto dos pioneiros fala na escola única, que não é uniforme. Os sistemas também não têm como reagir a realidades diferentes de maneira padronizada. Tomamos muito cuidado para diferenciar o que é um padrão de qualidade do que é uma qualidade padrão. Nesse caso há divergências com o Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi), que foi uma iniciativa muito interessante e que contribuiu com a bandeira de mais recursos para a educação, mas é prescritivo, determina que a escola adequada tem de ter tais equipamentos, materiais, tamanho... Não tem como ajustar isso a todas as realidades, ainda que seja um conceito interessante.

#### **A responsabilização dos entes federados deve aparecer nesse modelo nacional? De que forma?**

É algo que será muito discutido. A legislação já determina qual é a responsabilidade do município, do estado e do governo federal, mas em nosso debate percebemos que isso precisa ser mais detalhado porque temos uma grande diversidade de municípios e estados: pequenos pobres, ricos; grandes pobres e ricos. Não dá nem para fazer uma classificação por tamanho ou por riqueza. É algo também complexo de padronizar. Mas os debates que temos feito mostram a necessidade de uma maior clareza nessas diferenças, pois não podemos dar uma responsabilidade igual para diferentes.

#### **A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foi bastante questionada nas palestras...**

O problema é que temos uma incompatibilidade visível e objetiva entre a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que orienta a gastar, no mínimo, 60% com a folha de pagamento. Isso se complicou com o piso, pois elevou os gastos com salários, o que leva as secretarias a gastar mais do que a LRF diz ser o certo. Inevitavelmente é preciso um ajuste.

#### **Vemos algumas redes em que o piso dos professores está sendo tratado, na prática, como teto salarial. Há uma saída para essa distorção?**

A lei do piso deu um prazo para que os sistemas de ensino ajustassem seus planos de carreira, mas muito não acreditaram que ela iria vingar e questionaram a regularidade e a funcionalidade dessa lei. Quando o piso foi implantado, poucos tinham feito seu ajuste nos planos. Em muitos casos as carreiras foram desfiguradas, houve processos de achatamento. É preciso debater entre os sistemas, o Conselho Nacional de Educação, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), para definir claramente quais seriam os parâmetros desejados. Não falo de um padrão de carreira nacional único, e sim de elementos que o gestor possa observar e, a partir deles, construir planos mais adequados para a valorização real do docente.

#### **E quanto à complementação para as redes com dificuldade de pagar o piso que, devido às exigências do MEC para acessá-la, não estava sendo repassada?**

O recurso da complementação é 10% do que o MEC coloca no Fundeb e esse valor tem sido repassado. O problema é saber quem realmente necessita dessa complementação, porque, como os sistemas são autônomos, não sabemos como essa transação é realizada, quais professores estão em sala de aula... Se o MEC fizer isso, estará ultrapassando sua responsabilidade, intervindo em algo que não cabe a ele. Uma decisão colegiada da instância que é responsável pelo Fundeb, e não o MEC, com gestores municipais e estaduais, definiu com unanimidade que esse recurso deveria ser distribuído para todos que já recebem complementação, pois eles já têm uma situação precária. Num Sistema Nacional isso pode ser avaliado de outra maneira. Mas é preciso ter alguns cuidados que talvez não existam hoje, de transparência da gestão, por exemplo.

#### **Qual o andamento da discussão sobre os arranjos educacionais?**

Ela está começando, foi instituído um grupo de trabalho, mas a discussão ainda vai demorar muito, pois não existe um só modelo, são vários diferentes e há muitas interpretações. O fato é que já existia uma organização de cooperação intermunicipal que foi batizada de Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE). Isso gerou uma série de interpretações de que haveria uma homogeneização de todos eles de acordo com esse modelo, o que não é real. Nós temos organizações de cooperação municipal bem simples, como municípios que se organizam para melhorar o transporte escolar. Há outras mais complexas como a que acontece no Xingu, onde organizações institucionais de um território, universidades, centros de ensino tecnológicos, sistemas de ensino e a sociedade participam e é um desafio completamente diferente. Padronizar, tentar encaixar toda essa gama de possibilidades num único modelo é muito perigoso. É preciso, com muita calma, estudar melhor esses ADEs.

#### **Como a Sase vai apoiar a elaboração dos Planos Municipais e Estaduais de Educação?**

Nosso trabalho é tentar alinhar o PNE com os Planos Municipais e Estaduais. No que diz respeito à Educação Básica, são os estados e municípios que o concretizam; se eles não fizerem planos ajustados ao nacional, o PNE está fadado ao fracasso. Temos uma série de ações de orientação e discussão. Estamos colocando equipes de no mínimo duas pessoas em cada estado para que possamos trabalhar de maneira conjunta, dar um caráter mais territorial à constituição desse plano.

Mesmo as redes que já têm Plano precisam fazer essa adaptação.

Menos de 40% das redes ainda não elaboraram nenhum plano.

**E para que servirá o documento de orientação que a Sase elaborou?**

Fizemos uma versão preliminar desse documento, até para ouvir as críticas necessárias. Quando o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), a CNTE, todos, realizarem sua crítica, ele vai ser trabalhado com os municípios, inclusive em cursos e orientações. Mas sempre com o princípio de total liberdade do município e estado fazerem seu plano, apenas com orientações básicas de alinhamento.

**O senhor já foi secretário municipal e estadual de Educação, que orientação daria para o gestor que acaba de assumir a pasta?**

Cada caso é um caso, mas é muito importante baixar a ansiedade, especialmente no primeiro ano. O prefeito fez muitas promessas, está ansioso, quer resolver as coisas, e a pressa às vezes é inimiga. Esse primeiro ano é mais um ano de reflexão do que será implementado nos próximos anos de forma mais intensa. Os anos não eleitorais são mais produtivos para a efetivação de políticas. O secretário precisa de calma e cautela, é importante observar as experiências anteriores. É preciso ter criatividade, mas em excesso ela pode atrapalhar também. É importante inovar, mas muitos esquecem o que já havia sido feito.

Planejamento também é fundamental, sem isso é muito difícil levar uma gestão adiante. E o secretário tem de saber que ele não conseguirá resolver tudo para amanhã e pensar no que vai ser feito depois dele. Precisamos de políticas de longo prazo, não de um governo.

**E para isso é preciso superar o primeiro ano no cargo, já que a rotatividade é grande...**

O secretário tem de aprender a dizer não. Ele acha que perderá o cargo, o prefeito não será mais eleito. Pelo contrário, a população gosta de honestidade. Tem de dizer não àquilo que prejudica a população e o estudante, sobretudo. Algo que desestabiliza a gestão é a folha de pagamento; hoje muitas prefeituras estão totalmente comprometidas por causa dela. Planos de carreira generosos acabam não sendo bons nem para os professores, pois atrasam salários, não pagam. É preferível ter uma carreira sustentável, que valoriza o docente e tem garantia de continuidade, a trabalhar de maneira demagógica.